

**Relatório sobre o seminário internacional**  
**“O Futuro da União Europeia: o Tratado de Lisboa em vigor”**

(Daniel Edler Duarte, maio de 2010)

O seminário internacional “O Futuro da União Europeia: o Tratado de Lisboa em vigor”, organizado pela Fundação Konrad Adenauer, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), ocorreu nos dias 15 e 16 de abril no auditório FEA-5 da USP em São Paulo. Este evento contou com o apoio da Delegação da União Europeia no Brasil e procurou discutir as perspectivas para o projeto de integração no continente europeu e os possíveis impactos da aprovação do Tratado de Lisboa para as relações com o Brasil e a América Latina.

Ao longo dos dias de palestras e debates, cerca de 150 pessoas participaram do evento e contribuíram para uma análise de alto nível acerca do atual momento da integração europeia. No momento aberto para perguntas houve uma forte interação entre os palestrantes e o público, evidenciando o interesse dos estudantes e profissionais brasileiros da área de relações internacionais em discutir mais profundamente temas europeus.

A Cerimônia de Abertura contou com a presença da professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP, e do Dr. Peter Fischer-Bollin, representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil. A professora Maria Hermínia deu as boas-vindas à todos os participantes ao campus da USP e destacou a importância do fomento a ambientes de debates semelhantes a este seminário. Ainda segundo a professora, os cursos de graduação em relações internacionais serão importantes para aumentar a percepção da sociedade brasileira de temas globais, como o fenômeno da integração. O Dr. Fischer-Bollin, por sua vez, apresentou algumas das linhas de atuação da Fundação Konrad Adenauer ao longo dos mais de 40 anos de trabalho no Brasil. Ressaltou que os debates sobre integração europeia tiveram início como uma forma de trilhar um caminho de paz nas relações entre os Estados, mas que a integração, infelizmente, não caminha em linha reta, mas enfrenta momentos de revéses e avanços, sendo a aprovação do Tratado de Lisboa, um exemplo de avanço que permitiu o aprofundamento do processo de integração na Europa.

Logo após a Cerimônia de Abertura, o Dr. Fischer-Bollin convidou à mesa os palestrantes do primeiro painel, “Razões para a assinatura e aprovação do Tratado de Lisboa: análise e perspectivas”. Neste painel foram discutidos temas mais gerais do regionalismo europeu. O professor da UNESP, Tullo Vigevani, analisou o processo de integração tendo

como seu último passo o Tratado de Lisboa. Para ele, o fracasso do Tratado Constitucional, rejeitado em referendo por franceses e holandeses, permitiu a busca de uma alternativa que, mesmo se mantendo em um patamar inferior, ainda garantia uma maior institucionalização das estruturas da União. O tratado reproduziria o sistema intergovernamental que já existia, mas representa um fortalecimento do Parlamento Europeu e apresenta uma mudança na ponderação de votos, que não permite mais o veto único. No entanto, a Presidência da UE foi criada como um cargo fraco, incapaz de ser o rosto da União no sistema internacional. Segundo o professor, alguns grandes temas precisam ser mais bem trabalhados, entre eles, a representatividade, o estabelecimento de uma entidade jurídica e a Política Externa de Segurança Comum. O professor da Universidade de Passau, Daniel Göler, analisou os objetivos da União com a aprovação de um tratado constitucional. Este traria mais transparência às estruturas europeias, aumentaria a participação da população no processo de tomada de decisão e, por fim, permitiria uma maior eficiência das políticas da própria União. Os vetos de franceses e holandeses obrigaram os líderes europeus a dar um passo um pouco menor, formulando o Tratado de Lisboa. Este, no entanto, é capaz de garantir as inovações estruturais necessárias para garantir a democratização da União e seu papel mais forte externamente. Após o frutífero debate entre a plateia e os palestrantes, no qual temas da integração foram aprofundados, teve início um coquetel para todos os participantes.

No dia 16/04, o seminário começou com a segunda mesa, “As disposições do Tratado de Lisboa no tema da democracia e da proteção dos direitos”. O primeiro palestrante a fazer sua intervenção foi o jurista Christian Wohlfahrt, do Instituto Max-Planck. O senhor Wohlfahrt procurou se concentrar no tema da democracia e nos avanços trazidos nesta área pela aprovação do Tratado de Lisboa. A legitimidade das ações da União Europeia se dá de duas formas, pela participação da totalidade dos cidadãos europeus, através de eleições por sufrágio universal para o Parlamento Europeu, e pela participação de grupos organizados da sociedade. Segundo o jurista, o novo tratado avança ao garantir uma maior transparência nas medidas tomadas, o que permite o *accountability* da atuação dos representantes por parte do povo europeu.

A senhora Silvia Grundmann, assessora do Comissariado de Direitos Humanos do Conselho da Europa, iniciou sua fala apresentando a organização da qual faz parte e traçando as diferenças em relação à União Europeia. O Conselho da Europa é formado por 47 membros, 20 Estados a mais que a UE, e tem uma importância significativa na proteção dos direitos humanos no espaço europeu. Muitos dos mecanismos de proteção abarcados atualmente pela UE tiveram início no Conselho da Europa, inclusive o debate sobre a

Convenção Europeia de Direitos Humanos. Um dos principais mecanismos de defesa dos cidadãos europeus apresentados pela senhora Grundmann, é a possibilidade de qualquer indivíduo apresentar queixas formais contra seu próprio governo em uma instância internacional. Esta possibilidade dá aos cidadãos mais uma garantia de defesa contra abusos cometidos pelas autoridades nacionais e tem sido muito utilizada por russos, turcos, ucranianos e romenos.

A professora emérita do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, senhora Sonia de Camargo, traçou um grande perfil histórico da atuação da União Europeia na área de direitos humanos fazendo sempre uma correlação com o aprofundamento do processo de integração no continente europeu. Segundo a professora, existe uma sobreposição não contraditória de identidades entre os cidadãos, estes se reconhecem como membros de um determinado Estado, mas também nutrem um sentimento de pertencimento à Europa. Esta justaposição de identidades também se reflete nas instituições políticas e jurídicas. Desta forma, há um diálogo entre o direito nacional e o direito da União. Neste sentido, para a professora, é importante que haja uma reflexão acerca do lugar do Estado na UE. Uma vez que, mesmo o cidadão podendo denunciar seu próprio governo em uma instância superior, a União continua baseada nas estruturas estatais e ainda não trilhou totalmente o caminho rumo ao supranacionalismo.

O professor do Departamento de Direito da USP, Pedro Abreu Dallari, começou sua apresentação anunciando que sua colocação seria bastante polêmica. Segundo o professor, o Tratado de Lisboa avança em diversas áreas na proteção aos direitos humanos, mas possui uma falha enorme que exclui do aparato jurídico milhões de indivíduos que moram dentro do espaço da União, os imigrantes. Ao relegar para o Estado que decida a forma de inclusão dos imigrantes na sociedade, o processo de nacionalização e naturalização, a União permite que esses continuem sendo discriminados, inclusive juridicamente e não sejam sujeitos das leis aplicadas pela UE. No contexto atual, em que cresce exponencialmente o número de imigrantes na Europa, é possível imaginar que esta situação, em um futuro próximo, se torne um problema social gravíssimo e de difícil solução.

Após um breve intervalo, a professora Patrícia Luiza Kegel, da Universidade de Blumenau e vice-presidente da *European Community Studies Association – Brasil*, e o pesquisador Markus Kaim, chefe da divisão de segurança internacional da *Stiftung Wissenschaft und Politik* de Berlim, trataram do tema das novas competências das instituições europeias após a aprovação do Tratado de Lisboa. Segundo a professora Kegel, a aprovação do tratado permite uma análise da UE a partir da coexistência de duas perspectivas de

integração. Assim, a UE teria setores nos quais predominaria a lógica do intergovernamentalismo e outros em que seria possível identificar o supranacionalismo. A ênfase da professora caiu sobre: o Conselho Europeu, mais institucionalizado e com um presidente para representá-lo; o Parlamento Europeu, com uma nova dimensão de atuação e maior representação; o Conselho de Ministros, que mantém suas características estruturais e atribuição política; e a Comissão Europeia, subordinada politicamente ao Parlamento e com um alto representante que deve ser aprovado pelos deputados. Já o senhor Kaim, buscou entender as modificações trazidas pelo Tratado de Lisboa para a política externa da União Europeia, mesmo sendo esta, segundo o pesquisador, ainda limitada. Para Kaim, a UE continuará apenas respondendo aos desafios e não buscando uma atuação de prevenção dos problemas. A tríada de representantes (o chefe de Estado do país que preside o Conselho Europeu, o Presidente da UE e o Alto Representante para Assuntos Externos) ainda possui alguns desajustes, como a sobreposição de atribuições. No entanto, os mandatos são mais claros. Um problema para a representação colocado por Kaim, é a debilidade do cargo de Presidente da UE. Este, para o pesquisador, seria mais parecido com o Presidente da Alemanha, com funções menos ativas e sem um real poder político. Nesse contexto, a UE tem tido um enorme *soft-power*, mas não tem capacidade de adotar uma estratégia mais ativa. Não existe, e dificilmente existirá, uma visão comum à todos os Estados-membro dos desafios a serem enfrentados no sistema internacional, contudo, as políticas externas dos diferentes países estão sendo “europeizadas”.

Na última mesa, com o tema “As relações externas da União Europeia no século XXI”, estiveram presentes o representante do Setor de Economia, Política e Assuntos Públicos da Delegação da União Europeia no Brasil, o senhor Mário Rui Queiró, a pesquisadora do Departamento de Relações Internacionais do Collège d’Europe, na Bélgica, Anne-Claire Marangoni, a professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ, Miriam Gomes Saraiva, e o professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, Amâncio Jorge de Oliveira.

O senhor Mário Rui Queiró procurou focar sua fala nas mudanças institucionais que permitiram à União Europeia adotar um papel mais forte como ator no sistema internacional. Segundo o diplomata europeu, a União ainda não tem um rosto único para o mundo, mas a criação do cargo de Presidência, exercido por Herman von Rompuy, e de Alto Representante da União para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, para o qual foi escolhida a senhora Catherine Ashton. Nesse sentido, a aprovação do Tratado de Lisboa foi fundamental para “responder aos desafios da globalização, dotando a UE de novas áreas de competência ou

simplificando a tomada de decisões, por exemplo nos domínios da segurança, da luta contra o terrorismo, das alterações climáticas, da energia”.

A pesquisadora Anne-Claire Marangoni afirmou que a base do projeto de integração europeia, desde o início, foi a política externa. Contudo, esta só poderia ser alcançada após a construção de uma comunidade política na região, que ajudasse na formulação de medidas comuns. Assim sendo, ao longo dos anos, a UE expandiu suas relações, abarcando temas culturais, jurídicos, comerciais e de infra-estrutura. Pensando apenas na UE no contexto mundial, para que tenha um peso maior, é fundamental que haja uma escolha de prioridades: o alargamento da União, uma política comum de desenvolvimento, políticas afirmativas em momentos de crise e uso do poder comercial como barganha no sistema internacional. Além disso, em temas econômicos, seria importante que houvesse uma maior definição das políticas a serem adotadas, como a formulação de parcerias estratégicas.

A professora Miriam Gomes Saraiva, por sua vez, traçou um perfil histórico da atuação externa da UE. A partir do sucesso de uma política comercial comum, os países europeus foram buscando uma maior integração, levando-os a discutir a conformação de políticas em outras áreas. O contato, cada vez maior, entre as instituições diplomáticas começou a construir certos princípios comuns de política externa. No entanto, apenas em 1986, com o Ato Único Europeu, a Comissão de Relações Exteriores, até então um órgão alheio à Comunidade Europeia, foi reconhecida por todos os países que compunham o projeto de integração. Em 1992, com a aprovação do Tratado de Maastricht, foram definidas as linhas para a Política Externa de Segurança Comum (PESC), articulando ainda mais a atuação dos países europeus no contexto internacional. O Tratado de Lisboa foi o passo seguinte e, como dito anteriormente por outros palestrantes, aponta para um “rosto único” da União no mundo.

Por fim, o professor da USP, Amâncio Jorge de Oliveira, priorizou o tema das relações entre a União Europeia e o Mercosul. Segundo o professor, as perspectivas para que um acordo comercial bastante abrangente seja aprovado se ampliaram muito em 2010. O ano eleitoral no Brasil gera um incentivo por parte do governo de buscar acordos no âmbito do Mercosul, realçando para o eleitor brasileiro a política multilateral adotada nos últimos anos. Os seis meses de Presidência da Espanha (cujo governo tem bom relacionamento com os países do Mercosul) no Conselho da UE também criam o momento adequado para a retomada das negociações. Contudo, o principal entrave, os subsídios agrícolas, ainda não foi resolvido. O professor Amâncio Jorge traçou dois possíveis quadros, levando-se em conta as eleições de outubro no Brasil. Caso Dilma Rousseff seja eleita, é provável que haja pouca alteração nas prioridades do governo brasileiro, contribuindo para a manutenção das bases atuais da política

externa. Em um quadro com a eleição do representante da oposição, o ex-governador do estado de São Paulo, José Serra, deverá haver uma crítica maior ao atual estágio das relações do país com o Mercosul, forçando uma flexibilização das normas deste bloco. Além disso, é possível que seja priorizado um acordo bilateral (Brasil-UE), em detrimento das negociações como grupo.

Após os dois dias de palestras e debates, o seminário internacional “O Futuro da União Europeia: o Tratado de Lisboa em vigor” chegou ao fim tendo alcançado seus objetivos. Houve uma intensa troca de informações sobre o atual estágio do projeto europeu de integração e as perspectivas para as relações com o Brasil. Em suas considerações finais, o Dr. Peter Fischer-Bollin, representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, e a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP, ressaltaram a importância de eventos que fomentem debates de alto nível sobre a União Europeia e sua atuação no sistema internacional.